



SUMÁRIO

1. Desafios da Sustentabilidade	18
<i>Patrick Moore</i>	
2. Rio+20 em Perspectiva	30
<i>Aron Belinky</i> <i>Henrique Brandão Cavalcanti</i> <i>João Luis Homem de Carvalho</i>	
3. A Importância das Normas de Gestão Socioambientais	44
<i>Jorge E.R. Cajazeira</i> <i>José Carlos Barbieri</i>	
4. A Certificação Florestal Brasileira – Modelo, Princípios e Benefícios	66
<i>Maria Teresa R. Rezende</i> <i>Leonardo S. Nogueira</i> <i>Giancarlo Pasquali</i> <i>Robson Laprovitera</i> <i>Sergio Ahrens</i>	
5. Panorama da Certificação Florestal no Mundo	116
6. O Processo da Decisão Individual de Compra e o Consumo Sustentável	132
<i>Luiz Carlos Monteiro</i> <i>Andréa Santini Henriques</i>	
7. Nos Cases, a Pujança do Cerflor/PEFC	160



1 ■ DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE ■



DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE

Patrick Moore

Como cofundador e ex-líder do Greenpeace, membro de uma família envolvida na área de silvicultura e estudante de silvicultura e ecologia, sempre tive dúvidas com relação à capacidade de grupos de ativistas entenderem bem a questão das florestas. Foi por esse motivo que, durante meus quinze anos de liderança do Greenpeace, consegui convencer a organização a abordar os assuntos de que ela realmente entendia e a deixar a campanha relativa às florestas para os cientistas e profissionais. Quando deixei o Greenpeace, depois de ajudar a tirá-lo de um porão de igreja e levá-lo a ter presença em trinta países, achava provável que no futuro a organização lançaria uma campanha que não passaria no teste de sustentabilidade.

Eu tinha razão. Hoje, a indústria florestal é acusada de tudo – inclusive da extinção de dezenas de milhares de espécies, do desmatamento de grandes áreas de terra e da destruição total e irreversível do ecossistema.

Na minha opinião, uma grande parte do movimento de proteção do meio ambiente está à deriva e perdeu sua perspectiva no que se refere às florestas. Toda atividade humana tem impacto sobre o meio ambiente, mas de todas as indústrias primárias que fornecem energia e material, a indústria florestal é a mais sustentável. De fato, a madeira é o material mais renovável usado em grande escala para construir e manter nossa civilização. Os únicos substitutos viáveis são materiais não renováveis, tais como os combustíveis fósseis, o aço e o concreto – todos causadores de impactos sérios sobre o meio ambiente.

Além disso, a indústria florestal, como toda atividade humana, continua a evoluir, com a coleta de informação mais precisa e com o emprego de perspectivas mais amplas que englobam ecossistemas inteiros. Frequentemente me perguntam se não seria melhor reformar a indústria a partir de acordos multilaterais, por intermédio das Nações Unidas, por exemplo.

Mas devido ao clima econômico atual, no qual os Estados Unidos e a Europa procuram uma saída para a crise enquanto a China e outros países consolidam seu status econômico internacional, as iniciativas multilaterais de sustentabilidade apresentam grandes desafios. Uma série de variáveis complica ainda mais a situação: as diversas regiões têm abordagens diferentes em relação à sustentabilidade porque existem grandes diferenças entre as necessidades dos países desenvolvidos, em desenvolvimento e pobres. Acredito que cada país precisa encontrar iniciativas de sustentabilidade de acordo com suas próprias metas, procurando um equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico.

Podemos tirar lições se voltarmos a vinte anos atrás, para a Rio 92 e as subsequentes conferências sobre o clima patrocinadas pelas Nações Unidas. Depois de assistir a muitas dessas sessões, incluindo a 16ª Conferência das Partes em Cancún, cheguei à conclusão de que, em geral, os acordos multilaterais relativos ao meio ambiente fracassaram e talvez fizesse mais sentido para os países procurar abordagens bilaterais para essas questões, já que há diferenças tão grandes em termos de suas realidades naturais, culturais, geopolíticas e econômicas.

Sempre achei pouco realista esperar surgir, de uma mesa em que participam duzentos países com diferenças tão grandes de desafios e de prioridades políticas e econômicas, uma solução única e obrigatória para todos os nossos problemas ambientais. Esta me parece uma abordagem equivocada. Continuo a defender soluções bilaterais em que países com características e interesses similares trabalhem como parceiros para alcançar vitórias graduais e administráveis.



É interessante refletir sobre como, no fim da década de 1980 e no início da década de 1990, as organizações não governamentais aumentaram sua influência sobre a questão da sustentabilidade. Tenho escrito que o colapso do comunismo mundial e a queda do Muro de Berlim durante a década de 1980 levaram a um extremismo que havia começado com o nascimento do movimento ambientalista moderno nas décadas de 1960 e de 1970. Com a chegada da década de 1980, a Guerra Fria terminou e o movimento de paz foi em geral abandonado. O movimento de paz estava concentrado no Ocidente e era principalmente antiamericano. Muitos de seus adeptos mudaram para o movimento de defesa do meio ambiente, trazendo em sua bagagem suas agendas esquerdistas e neomarxistas. Em grande medida, o movimento em defesa do meio ambiente acabou sendo sequestrado por ativistas políticos e sociais que aprenderam a usar o vocabulário verde para esconder agendas que tinham mais relação com o anti-capitalismo e a antiglobalização do que com a ciência ou a ecologia.

Nesse sentido permanece, a meu ver, uma lacuna importante entre muitas organizações não governamentais do meio ambiente e a indústria responsável por fornecer à civilização todos os alimentos, a energia e o material de que precisamos para sobreviver. Sendo assim, alcançar a sustentabilidade é muito difícil.

Por exemplo, muitos ativistas defensores do meio ambiente continuam a usar a palavra “indústria” como se ela fosse um palavrão; assim como “multinacional”, “química”, “genética”, “corporativa”, “globalização” e muitos outros termos perfeitamente úteis. Sua campanha de propaganda destina-se a promover uma ideologia que seria, na minha visão, muito nociva à civilização e ao meio ambiente.

Quais são, então, as minhas expectativas para a Rio+20, considerando a distância entre vários países e entre as ONGs e as indústrias? Sinto muito dizer que não são grandes. Há obstáculos grandes contra a adoção de meios mais eficazes para promover a sustentabilidade, haja vista o fato de muitas conferências internacionais já terem emitido declarações formais que não continham a assinatura de todos os participantes e não foram respeitadas pelos próprios signatários.

Os acordos internacionais precisam reconhecer que há 7 bilhões de pessoas no planeta e que todas precisam de comida, de energia e de abrigo. Precisamos elaborar acordos que contrabalancem os valores ambientais, sociais e econômicos. Repito que, dado o histórico desses acordos, talvez fosse melhor para os países trabalhar com acordos bilaterais em vez de seguir grandes abordagens multilaterais que não levam a nada.

Há atualmente mais de quinhentos acordos multilaterais do meio ambiente (AMM), espalhados entre diversas agências e secretarias das Nações Unidas, que carecem de mecanismos para resolver casos polêmicos e carecem de punições. Obviamente, no que concerne à negociação de acordos multilaterais de meio ambiente, o modelo atual não funciona. Diante desse fato, não creio que a criação de uma nova burocracia internacional seja um exercício particularmente útil. No fim das contas, os Estados-nação são entidades soberanas que determinam seus próprios caminhos para o futuro. Uma maneira para a comunidade internacional chegar a acordos sobre questões do meio ambiente é negociando abordagens menores, porém eficazes, sobre questões de interesse mútuo.

Como mencionei no início, as questões florestais são extremamente complexas. É por essa razão que a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, não conseguiu chegar a um acordo internacional sobre a indústria florestal sustentável. Embora os líderes mundiais tenham assinado convenções sobre mudanças climáticas e biodiversidade, as grandes divergências de opinião sobre as florestas levaram à adoção de uma declaração fraca de princípios não obrigatórios.

O principal obstáculo a um acordo foi a questão sobre se o documento deveria enfatizar a preservação das florestas ou seu desenvolvimento. As nações que dependem das

florestas, como o Canadá e os países escandinavos, encontraram aliados em países em desenvolvimento, como a Malásia. Eles queriam desenvolver suas florestas por motivos econômicos. Outros países, como a Alemanha e o Reino Unido, industrializados, queriam enfatizar a preservação das florestas, em especial as florestas em outros países, como o Canadá e a Malásia. Obviamente, não havia base para um acordo exequível.



Assim sendo, não vejo o valor de criar uma nova agência internacional central como a OIT ou a OMS para tratar especificamente do meio ambiente. Mas me anima o aparecimento de uma nova abordagem que, na minha opinião, vai além dessa abordagem inexecutável de “tamanho único”.

Desde o início da década de 1990, o ideal de um acordo internacional sobre florestas foi aos poucos substituído por esforços práticos e voluntários de desenvolvimento de normas de certificação independentes e de terceiros. Mas, como observamos, parece que o crescimento da certificação está estancado. Os países mais ricos já certificaram todas as suas terras com florestas disponíveis, ao passo que geralmente as florestas tropicais dos países mais pobres não têm certificação. Progredir com a certificação, em particular nas florestas subtropicais e tropicais do mundo, exigirá esforços adicionais e a capacidade de abrir mão por parte de todos.

Tomando a indústria como parte interessada nesses assuntos, a responsabilidade social empresarial é uma parte importante da política de sustentabilidade. As empresas reconhecem cada vez mais que a responsabilidade social é boa não só para as comunidades onde estão implantadas, mas também para seus negócios. Assegurar que uma empresa respeite sua licença social deve ser uma medida essencial para seu sucesso. Evidentemente, a política de sustentabilidade precisa ser feita em colaboração com os governos locais e nacionais e todas as partes interessadas.

Vejo o proposto Mapa do Caminho para uma Economia Verde como mais uma abordagem de “tamanho único” e, nesse sentido, não creio que ele tem muito valor, já que acredito que instrumentos de compromissos multilaterais ou unilaterais centralmente administrados jamais serão alcançados. E acredito ainda menos que podem funcionar para mudar nossos hábitos e melhorar nossa situação. De fato, um dos problemas-chave é a completa ausência de consenso sobre quais são os problemas, quem deve diminuir ou aumentar seu consumo e qual entidade deve decidir.

Algumas organizações dizem: “Precisamos de mapas do caminho para uma economia verde com metas concretas e pontos de referência de progresso, e precisamos deles já”. Sei muito bem que muitos planos ambiciosos prometeram criar até 2015 indicadores de avaliação de implementação, mecanismos para a transferência de tecnologia, intercâmbio de conhecimento e capacitação. Embora concorde que a tecnologia e a inovação podem ajudar a tornar o desenvolvimento mais sustentável, é preciso levar em conta a situação de cada país em vez de tentar impor uma solução única para o planeta.



Em outras palavras, se realmente queremos reduzir nossa dependência de combustíveis fósseis, se realmente queremos mudar a tecnologia, se realmente queremos preservar as florestas ou recuperar os estoques de peixes, precisamos fazê-los país por país, ou, talvez, mediante acordos bilaterais entre países com situações similares. Um dos motivos principais do fracasso de Kyoto, e a razão pela qual nunca se materializou um instrumento vinculativo sobre as florestas, foi o fato de cada país ser diferente. Alguns são ricos, outros, pobres. Como podemos esperar que países tão diferentes assinem um acordo comum sobre o que todos devem fazer em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento? É impossível.

Ainda mais reveladoras são as experiências da Espanha, da Itália e do Reino Unido, onde as forças do mercado foram obrigadas, mediante subsídios enormes e anti-econômicos, a criar parques eólicos e solares que não oferecem benefícios. É interessante que os indicadores de sustentabilidade criados pelo Programa de Cidades Sustentáveis das Nações Unidas não tenham sido adotados pelo Brasil. Mesmo assim, o Brasil continua a enfrentar desafios muito mais importantes. A falta de acesso universal ao saneamento básico (tratamento de água e de esgotos e gerenciamento de detritos sólidos) e a poluição do ar continuam a ser dois problemas graves no País.

Embora o Brasil, a Índia, a Rússia e a China sejam vistos globalmente como países com futuro econômico alentador, a incerteza econômica continua – embora menor do que em 2008, quando a economia global estava no seu ponto mais baixo. Historicamente, há uma correlação forte entre a incerteza econômica e o apoio ao meio ambiente. Nas épocas difíceis, os eleitores mudam sua atenção das questões ambientais para se preocuparem mais com o desemprego, a tributação e a economia em geral. Quando a economia está bem, quando as pessoas têm abrigo, roupa e comida, acontece o contrário. Durante os tempos áureos, os eleitores e seus líderes políticos têm os recursos e o tempo para preocupar-se com o meio ambiente.

Acredito que hoje muitos países europeus consideram os grandes subsídios para parques eólicos e solares pouco práticos e caros, e como programas equivocados que subtraem recursos preciosos de questões mais importantes. Talvez o Brasil, ao demorar algum tempo para estudar os indicadores de sustentabilidade gerados pelas Nações Unidas, esteja seguindo um caminho mais prudente.

Para concluir estes pensamentos, queria dirigir minhas palavras especificamente à indústria florestal. A crença popular de que a indústria florestal é responsável pelo desmatamento é enganadora. Na realidade, o desmatamento está fortemente vinculado à pobreza. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) diz que

“os países que enfrentam os desafios mais sérios para alcançar o manejo sustentável das florestas são, em geral, os países com as taxas mais altas de pobreza e de conflito civil”.

Praticamente todo o desmatamento atual acontece nas florestas tropicais e subtropicais da África, da América Latina e Caribe e do Oriente, regiões que, em geral, ainda não experimentaram importantes benefícios da globalização. O mundo tem aproximadamente 10 bilhões de acres (4 bilhões de hectares) de florestas. Entre 1990 e 2005, a área total de florestas (principalmente tropicais e subtropicais) foi reduzida em 3% – uma redução média anual de 0,2%. A causa principal foi o desmatamento para a agricultura e a urbanização. Evidentemente, o desmatamento para a extração de madeira feita por grandes empresas que não seguiram boas práticas causou uma pequena parte desse desmatamento.

A publicação da FAO, *A Situação das Florestas do Mundo, 2007*, oferece alguns motivos para o otimismo. De 2000 a 2005, a taxa líquida de perda de florestas no mundo caiu ligeiramente. Além disso, durante o mesmo período a área florestal da Europa aumentou 0,07%, da Ásia 0,09%, e a área florestal da América do Norte permaneceu estável. Os países aumentaram sua prosperidade, as taxas de desmatamento diminuíram ou, nos casos da China e da Índia, mudaram de direção.

Não é por acaso que, enquanto a economia do Brasil prosperava, a taxa anual de desmatamento na Amazônia caiu mais de 50% entre 2004 e 2009. É importante notar que 80% do desmatamento durante esse período foram atribuídos à atividade pecuária, menos de 20% a outros tipos de agricultura e menos de 3% à indústria madeireira.

Com a aproximação da Rio+20 e com a sustentabilidade sendo um assunto diário na imprensa brasileira, surge uma oportunidade de promover a importância da educação e da capacitação ambiental. Independentemente do sucesso ou do fracasso de uma abordagem multilateral ou das mais práticas abordagens bilaterais, maior conscientização da sustentabilidade será necessária. Já que sou uma pessoa que passou toda a vida adulta trabalhando para ajudar a garantir que os seres humanos – uma das espécies que recebem comida, energia e materiais diários da natureza – entendam o meio ambiente, não é de surpreender que eu considere vital a educação ambiental.

Tal visão também se transfere à necessidade da certificação de profissionais. Como já disse, desde o início da década de 1990 o ideal de um acordo internacional sobre florestas foi gradualmente substituído por esforços práticos e voluntários – incluindo os bilaterais – de elaborar normas independentes e de certificação de florestas por terceiros. Mas, como observamos, parece que o crescimento da certificação está estabi-

lizado. Progredir com a certificação, em particular nas florestas subtropicais e tropicais do mundo – onde é mais urgente –, exigirá esforços adicionais e capacidade de abrir mão da parte de todos.

Todas as normas independentes de certificação por terceiros, incluindo as do Cerflor, um dos líderes na discussão sobre florestas sustentáveis, apresentam um marco para o manejo sustentável de florestas. Mas as questões-chave sobre os valores ambientais, sociais e econômicos das florestas precisam ser debatidas nos níveis local, regional e internacional, se quisermos ter mais progresso na área de sustentabilidade das florestas, tais como:

- A proteção e a preservação de áreas virgens e da diversidade biológica nas florestas.

Será que as nações podem concordar em reservar certa porcentagem de suas terras para protegê-las do desenvolvimento? Alguns países, em particular da Europa e da Ásia, já desenvolveram a maior parte de suas terras. Será que conseguem que essas áreas voltem a ter uma parte de sua ecologia original? Em outros países, como Canadá, Brasil e Rússia, uma grande porcentagem de suas terras ainda contém florestas virgens. Quanto dessas áreas podem ser razoavelmente preservadas mantendo o País com uma economia crescente?

- A proteção dos solos, da água e do ar.

As florestas são essenciais para a construção e a manutenção da saúde dos solos. As florestas limpam o ar de poluentes e absorvem o dióxido de carbono. As bacias hidrográficas com floresta oferecem água limpa para os peixes, os animais selvagens e as comunidades humanas. Será que os países, em especial nas regiões subtropicais e tropicais do planeta, podem elaborar normas claras para a proteção desses elementos essenciais que lastreiam toda a vida da Terra? Será que normas regionais ou nacionais podem ser efetivamente incorporadas em um marco maior de certificação que ofereça tanto incentivos para a certificação quanto o manejo de florestas sustentáveis?

- A conversão de florestas nativas em fazendas florestais comerciais com espécies exóticas.

Em algumas regiões, em especial mas não limitado ao Hemisfério Sul e muito da Ásia tropical, as espécies arbóreas de outras regiões são mais apropriadas para a silvicultura comercial do que as espécies nativas. As áreas plantadas com espécies arbóreas exóticas produzem maior alteração na diversidade biológica nativa do que o uso de espécies nativas. Em muitos casos em que as espécies arbóreas exóticas são usadas, estas são plantadas em terras agrícolas deterioradas onde há muito tempo as espécies nativas arbóreas foram cortadas. Acredito que essa forma de silvicultura comercial deve ser incentivada para satisfazer as demandas globais de madeira. Conforme

já dissemos, o mundo precisará de crescentes quantidades de madeira. O aumento do interesse em biocombustíveis celulósicos e na construção verde só aumentará essa demanda. As florestas plantadas podem ajudar a fornecer a fibra de uma forma sustentável. Será que os ativistas do meio ambiente podem aprender a negociar sobre essa questão importante, ou será que vão continuar a se opor equivocadamente à silvicultura comercial sustentável?

- A proteção dos povos indígenas e o envolvimento das comunidades locais no manejo de florestas.

Muitas das forças mais importantes da economia atual são forças globais. Como podemos servir aos mercados internacionais e incentivar a cooperação internacional e, ao mesmo tempo, proteger os direitos dos habitantes locais? Aqui temos um desafio para todas as atividades humanas. Mas esse desafio é particularmente importante nas regiões mais pobres do mundo. Como podemos encaixar o manejo sustentável das florestas em um quadro global maior em termos de direitos humanos e de questões sociais?

- A conversão das terras florestais em áreas agrícolas e de ocupação humana.

Será que os países podem chegar a acordos sobre planos de uso da terra para determinar a quantidade de áreas florestais que serão protegidas contra sua transformação para outros usos? Será que os países em desenvolvimento podem controlar a taxa de desmatamento para a agricultura primária e a moradia, dado o rápido crescimento de sua população?

- O monitoramento, o cumprimento da legislação.

Essas são questões vitais especialmente nas regiões mais pobres do mundo. Que mais podemos fazer para reduzir e, com o tempo, eliminar o corte ilegal de madeira?

- O financiamento para reflorestamento e manejo sustentável das florestas.

Muitos países em desenvolvimento não têm os recursos para financiar a capacitação e os investimentos necessários para o reflorestamento e o desenvolvimento de práticas sustentáveis da indústria florestal. A certificação custa caro, sobretudo em regiões onde as florestas são mal administradas e precisam de grandes investimentos para cumprir as normas aceitáveis.

Resumindo, todas essas questões sobre florestas, como os demais debates sobre sustentabilidade, precisam ser discutidas a partir de uma perspectiva realista e científica (e reitero que as abordagens bilaterais podem ser mais eficazes que as multilaterais), garantindo que haverá equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e as importantes necessidades diárias dos 7 bilhões de seres humanos que habitam este planeta.